

UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FRANCIELE TERCIA GNOATTO

**AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO COLÉGIO ESTADUAL
DO CAMPO CARLOS GOMES- ITAPEJARA D'OESTE- PR.**

PATO BRANCO

2014

UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FRANCIELE TERCIA GNOATTO

**AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO COLÉGIO ESTADUAL
DO CAMPO CARLOS GOMES- ITAPEJARA D'OESTE- PR.**

Artigo apresentado ao curso de pós- graduação Lato
Sensu em **EDUCAÇÃO DO CAMPO**,
pela UFPR- Universidade Federal do Paraná
como requisito parcial para obtenção do
título de Especialista.

Orientador(a): Fabio Carvalho Messa

PATO BRANCO

2014

UFPR - Universidade Federal do Paraná

Curso: Educação do Campo

Orientador: Fabio Carvalho Messa

Polo: Pato Branco

As dificuldades encontradas no Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes- Itapejara D'Oeste –PR.

Franciele Tercia Gnoatto¹

Resumo: A pesquisa tem por objetivo identificar as dificuldades que o Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes, instalado na área rural do município de Itapejara D'Oeste- PR, enfrenta ao implantar a modalidade de ensino denominada educação do campo. Para isso apresenta-se um breve histórico sobre o processo de transição pelo qual o sistema de ensino (modalidade normal) passa para se adaptar à nova condição de educação do campo. Esta pesquisa ancorou-se em fundamentações dialéticas onde são apresentadas as dificuldades assim como as possibilidades a respeito da implantação da educação do campo no Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes. Porém a falta de uma clientela efetiva acaba se tornando o foco central das preocupações da equipe responsável por administrar pedagogicamente o colégio. A educação do campo é uma modalidade de ensino pensada pelos povos do campo através de movimentos organizados, no entanto, na comunidade de Barra Grande esta realidade é um pouco diferente já que a comunidade não conta com movimentos organizados da sociedade como o MST, fazem parte da realidade local, pequenos agricultores que buscam manter seus filhos na comunidade evitando o êxodo rural que assusta os moradores mais antigos. Poucas pessoas na fase jovem residem no local e a educação do campo ofertando o ensino médio foi a oportunidade que a escola e a comunidade encontraram para fixar e manter estes jovens no campo.

Palavras- chave: Educação do Campo. Sistema de Ensino. Movimentos Sociais.

Abstract: The research aims to identify the difficulties that the State College Field Carlos Gomes, installed in a rural area of the municipality of Itapejara D'Oeste- PR, faces to implement the method of teaching called the education field. For this presents a brief history of the transition process by which the education system (normal mode) is to adapt to the new condition of rural education. This research was anchored in dialectical reasoning which presents the difficulties as well as possibilities regarding the

¹ Formada em Geografia pela universidade do Oeste do Paraná- Unioeste, pós- graduanda em Educação do campo pela Universidade Federal do Paraná- Ufpr. Email: francignoatto@hotmail.com

deployment of field education in State College Field Carlos Gomes. But the lack of an effective customer ends up becoming the central focus of the concerns of the staff responsible for administering the college educationally. The field education field is a teaching method designed by the people of the country through organized movements, however, in the Barra Grande community this reality is somewhat different since the community has not organized society movements like the MST part of the local reality, small farmers who seek to keep their children in the community avoiding the rural exodus that scares the older residents. Few people in the young stage reside on the local and rural education offering high school was the opportunity that the school and the community met to establish and maintain this young field.

Keywords: Rural Education. Teaching system. Social Movements.

Introdução

Esta pesquisa busca identificar as dificuldades enfrentadas pelo Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes situado no município de Itapejara D'Oeste- PR no momento da implantação da modalidade de ensino denominada de educação do campo em seus estabelecimentos, visto que o Colégio é de pequeno porte e funciona apenas no período vespertino atendendo à uma clientela de cerca de setenta e cinco alunos (PPP, 2013) que em sua maioria são filhos de agricultores da comunidade rural de Barra Grande, interior do município de Itapejara D'Oeste. As reflexões em torno do tema proposto procuram apresentar um breve histórico sobre o método de implantação da educação do campo no Brasil vinculada ao processo de transição que o colégio passa para ofertar a modalidade de ensino de educação do campo, identificando neste contexto dificuldades e possibilidades que ocorrem no desenvolver deste período.

A pesquisa contempla o processo histórico que envolveu a educação voltada para os povos do campo no Brasil, assim a fundamentação dialética utilizada nesta pesquisa procura ser crítica e investigativa a fim de apresentar opiniões de diferentes autores a respeito dos fatos que envolvem o processo de implantação da modalidade de ensino chamada de educação do campo.

A educação do campo é uma modalidade de ensino que foi pensada historicamente pelos povos que vivem no campo e para garantir que os direitos do homem do campo fossem respeitados a sociedade rural organiza-se na forma de movimentos sociais, no entanto, essa realidade não faz parte da realidade existente na comunidade de Barra Grande, pois a vila é resultado histórico do processo de colonização do Sudoeste do Paraná ocorrido a partir da década de 1930, hoje fazem

parte da realidade local, pequenos agricultores que buscam manter seus filhos na comunidade evitando o êxodo rural que tanto assusta os moradores mais antigos da vila que relatam que a escola já funcionou tendo duas turmas de 8ª série com mais de quarenta alunos cada e hoje a turma que mais tem alunos conta com dezessete no total. Poucas pessoas na fase jovem residem ainda no local, a maioria saiu para estudar e acabou fixando residência em outros lugares e a educação do campo ofertando o ensino médio além do fundamental foi a oportunidade que a escola e a comunidade encontraram para fixar e manter estes jovens no campo.

As dificuldades encontradas no Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes- Itapejara D'Oeste –PR.

Até o início do século XX a escola servia basicamente para atender as elites e os ensinamentos tinham como princípios a doutrina cristã, sendo assim os conteúdos e o currículo eram deixados de lado e, muitas vezes apresentavam-se fragmentados e fora da realidade a qual se propunha. Porém na década de 1937 é criada no Brasil a Sociedade Brasileira de Educação Rural, esta entidade tinha como meta, garantir que os índices de analfabetismo entre os povos do campo diminuíssem, porém este período é marcado também pela transição entre as elites agrárias e as industriais no poder, as elites industriais estavam preocupadas com os movimentos de migração que estavam ocorrendo entre o campo e a cidade e o aumento da população nas cidades fez com estas elites procurassem criar novas técnicas de produção a fim de aumentar a produtividade do campo brasileiro. Este período fica conhecido como o momento da modernização da agricultura em função do progresso do país, no entanto a educação pretendida para as pessoas do campo ainda era planejada com a finalidade de atender às expectativas de pessoas que possivelmente fossem se deslocar, num futuro próximo, para as cidades (DCE, 2006).

Embora a educação fosse elaborada para atender aos povos que viviam no campo, ela tinha como proposta o ruralismo pedagógico, pensado por pessoas que viviam nas cidades e que não faziam parte da realidade rural que nosso país vivia.

A educação por se constituir a base do desenvolvimento de qualquer sociedade é, sem dúvida, um tema importante e um grande desafio dos

governos, dos pesquisadores e da própria sociedade. A todos cabe, não só a tarefa de valorização do investimento em pesquisa, mas também na gestão, considerando a tudo e a todos que participam do processo (PASSADOR, 2006, p. 17).

O sistema educacional brasileiro passou por muitas mudanças, mas sempre procurou estar apoiado nos alicerces europeus que eram tidos como os melhores, porém na ânsia de reproduzir aqui o que deu certo na Europa, muita coisa acabou se perdendo do foco central que era o de atender a uma população que mantinha o país competitivo no mercado internacional mesmo com técnicas rudimentares de produção- o povo do campo.

Com o fim da II Guerra Mundial, o Brasil cria a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais, esta comissão, no entanto mascarava a interferência das ações políticas norte- americanas em nosso país, neste mesmo período foram criadas também as Missões Rurais que mais tarde, por volta do final da década de 1940, dão lugar à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, estas ações implantadas pelo governo tinham características assistencialistas já que o povo do campo era visto como pobre, desnutrido e ignorante (DCE, 2006).

Essas ações oferecidas pelo governo brasileiro procuravam amenizar as diferenças sociais existentes entre o campo e a cidade, as elites tentavam modernizar o campo baseando-se em um espírito nacionalista de progresso.

Já na década de 1950, entra em cena a Campanha Nacional de Educação Rural e o Serviço Social Rural, com o intuito de formar técnicos responsáveis por trabalhar na agricultura, o objetivo da implantação desta modalidade de educação no campo era o de desenvolver uma educação que garantisse uma melhoria na qualidade de vida dos agricultores. Estes programas não discutiam a origem dos problemas vividos no campo (LEITE, apud DCE, 2006) apenas formavam mão de obra qualificada para atender a demanda por novas técnicas de produção que o país tinha, este sistema educacional implantado no país apenas contornava situações que vinham se arrastando por anos no meio rural brasileiro.

Durante a década de 1960 os governantes elaboram em nosso país a Lei de Diretrizes e Bases da Educação conhecida como LDB nº 4024/61 que repassou a tarefa de fornecer uma educação rural aos povos do campo para os municípios. Nesse mesmo período surge no cenário nacional o educador Paulo Freire que trás contribuições significativas no que diz respeito a educação voltada para atender aos interesses das

massas populares, através de movimentos como o de alfabetização dos adultos onde fazia uso de métodos e técnicas como o da educação dialógica, crítica e emancipadora ele consegue fazer com que as pessoas se tornem mais críticas e comecem a se perceber enquanto cidadãos. Seus métodos para alfabetizar adultos repensavam as práticas sociais dos sujeitos e valorizam suas ações (DCE, 2006).

No ano de 1964 a educação brasileira começa a ser repensada devido aos grandes índices de analfabetismo que nossa nação apresentava, principalmente entre as populações que viviam no campo, foi então que campanhas de alfabetização começaram a ser criadas. Porém, nesta época, a educação para os povos do campo ainda não tinha uma política pública nacional específica e sua composição ainda se baseava em princípios ruralistas que atendiam apenas aos interesses dos grandes coronéis, pois o ensino ainda estava voltado para as necessidades de formação de mão de obra para trabalhar nas indústrias instaladas nos centros urbanos. Para atender a esta nova clientela que surge no campo, professores despreparados foram enviados para ministrar aulas no campo.

Em 1990 os movimentos sociais e sindicais começam a se organizar cobrando dos líderes a implantação de políticas públicas que atendessem aos anseios da população que vivia no campo. Foram cobradas mudanças com relação ao currículo, aos conteúdos e principalmente com relação às práticas pedagógicas docentes adotadas.

O papel dos movimentos sociais no processo de implantação de uma educação do e no campo

A educação do campo começa a ser efetivada depois do I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I Enera) que ocorreu no ano de 1997, este encontro foi organizado e articulado com outros movimentos sociais pelo MST e contou com o apoio da Universidade de Brasília e do Fundo das Nações Unidas para a Infância- Unicef (DCE, 2006).

Os movimentos sociais organizados no espaço rural brasileiro participaram do processo de elaboração de uma educação voltada para atender aos interesses dos povos do campo, mas principalmente, pensada pelos povos do campo.

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais; mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses [...] para comprovar a união de que são capazes (MONDAINI, 2008, p. 88).

Para entendermos os efeitos que a educação do campo provoca hoje, precisamos olhar para o passado, pois a história é um processo que está em contínua mudança e os movimentos sociais se manifestam contra a negação de sua identidade, pois reivindicam aspectos de direitos que foram negados ao homem do campo.

O nosso Estado também passou por um processo de adaptação para garantir um sistema educacional que atendesse aos povos que viviam no campo, no Paraná a educação para os povos do campo também esteve a margem dos planos governamentais, no entanto no ano de 1992 é implantado o Programa Especial Escola Gente da Terra que visava um atendimento diferenciado aos jovens e adultos do campo paranaense. Este programa contava com o apoio do MST e da Comissão Pastoral da Terra. Neste mesmo período o Paraná implanta o projeto denominado Vida na Roça que contou com o auxílio da ASSESOAR (Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural), este projeto apresentava uma educação com sentido sociocultural para quem vivia no campo. O Paraná também implantou um sistema de ensino onde os alunos, filhos de agricultores aprendem técnicas de produção dentro do ambiente escolar e depois colocam em prática em suas propriedades, são as chamadas casas familiares. O Paraná conta hoje com onze escolas itinerantes que foram concebidas e organizadas nos fundamentos políticos e ideológicos do MST. Após o ano de 2000 ocorrem vários encontros e várias reuniões que dão origem a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo (DCE, 2006).

O MST articulou-se para cobrar dos órgãos competentes políticas públicas que garantissem o acesso à educação para as crianças, filhos dos assentados ou acampados que tinham que se deslocar de um lugar para outro várias vezes durante um ano, este sistema de ensino denominado itinerante possibilitou que a educação do e no campo fosse implantada.

No Paraná, em 2000, após vários encontros e reuniões, criou-se a Articulação Paranaense por uma Educação do Campo, concomitante à realização da II Conferência Paranaense: Por uma Educação Básica do Campo. Conforme Souza (2006), os sujeitos coletivos envolvidos na Conferência foram: Apeart, Assesoar, Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (Crabi), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol/Baser), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Departamento de Estudos SocioEconômicos Rurais (Deser), Fórum Centro, Fórum Oeste, MST, Prefeitura Municipal de Porto Barreiro e de Francisco Beltrão, Universidades: UFPR, UEM, Unicentro e Unioeste. Conforme explica, tais sujeitos e entidades, de uma forma ou outra, dedicam-se ao debate da educação do campo, dos trabalhadores rurais, embora representados por profissionais individuais ou grupos que se interessam pela temática, como no caso das universidades, bem como pelas organizações da sociedade civil. De fato, o que os une é a preocupação com uma educação que valorize os sujeitos sociais e sua cultura, que produza conhecimentos com uma função social focalizada no benefício e transformação da sociedade (SOUZA, apud DCE, 2006).

O nosso Estado se manteve alheio aos acontecimentos que ocorriam no cenário educacional do campo paranaense, porém aos poucos começa a implantar técnicas que auxiliam os povos do campo a se estabelecerem enquanto cidadãos garantindo o direito de se firmarem enquanto classe social mantendo a cultura e a identidade que são próprias do campo.

“A educação do campo é uma política pública [...] pensada, mediante a ação conjunta de governo e sociedade civil organizada” (DCE, 2006, p. 09) onde os movimentos sociais se estabelecem em ações grupais de transformação voltadas para a realização de objetivos comuns e sob a orientação de princípios valorativos (SCHERRER- WARREN, 1993). Neste sentido a Educação do Campo fica entendida como uma educação elaborada e pensada pelos trabalhadores rurais, sendo resultado das lutas que esses trabalhadores tiveram ao longo dos anos organizando-se em movimentos sociais populares com a finalidade de constituir um sistema educacional que atenda ao contexto do campo (PASSADOR, 2006).

Dentre os movimentos sociais, o MST abraçou a causa da educação do campo com a intenção de não promover a vida urbana como um modelo a ser seguido, pois as práticas de produção do campo precisavam ser respeitadas e valorizadas.

O conceito de campo segundo Pires (2010) nasce com os movimentos sociais durante o século XX buscando valorizar a identidade e a cultura da população que vive no campo assim como suas relações com a terra, já o conceito de rural estabelecido por Souza (2011) representa um aspecto com conotações políticas presente em documentos

oficiais onde a população foi, muitas vezes, considerada menos informada. Assim sendo, “a escola do campo é algo que parece atuar na direção da consolidação da cidadania [...]” (PASSADOR, 2006, p. 25).

Os movimentos sociais conseguiram estabelecer uma relação sólida entre seus princípios e um sistema educacional que garanta às futuras gerações um padrão mínimo de desenvolvimento sócio- cultural.

A educação do campo surge no cenário nacional com a intenção de levar em consideração a cultura construída ao longo dos anos pelos povos do campo, pois promove um conhecimento firmado nos laços que o agricultor tem com a terra.

O agricultor familiar é um ator social do mundo moderno, e nele há um camponês adormecido. Assim, o que concede aos agricultores modernos a condição de serem atores sociais, construtores e parceiros de um projeto de sociedade, e não simplesmente objetos de intervenção do Estado, é a sua história (SCOTT; CORDEIRO, 2006). A educação do campo procura assumir “[...] um interesse por uma realidade já existente, mas negligenciada” (ISAIA; BCLZAN, 2009, p. 73).

Devido às lutas organizadas em favor do campo e para o campo, nossos agricultores conquistaram direitos e espaços merecidos dentro da nossa sociedade, conseguindo se sobressair nas atividades exercidas no campo, pois aprenderam novas tecnologias o que aumentou sua produção e garantiu uma melhor qualidade de vida, também é fato que com a modernização da agricultura, muitas das famílias que viviam no campo tiveram que sair em busca de melhores condições de vida nas cidades (êxodo rural), mas as famílias que conseguiram se manter, tiveram que se adaptar as essas novas tecnologias que surgiram mudando os modos de produção e as suas relações com o trabalho.

Atividades que diferenciam a educação do e no campo

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ou lei nº 9394/96, concede às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo um processo de mobilização e envolvimento no processo de construção de políticas públicas que garantam o acesso, a permanência e a qualidade do ensino ofertado nas escolas do campo. No entanto não é o que se percebe no Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes, visto que a todo o momento, a equipe pedagógica é cobrada no que se refere ao número baixo de alunos que frequentam o colégio, para isso a equipe

pedagógica precisa procurar alunos na sede do município em Itapejara D'Oeste, mais especificamente em um dos bairros conhecido pelo nome de Bairro Guarani. Estes alunos frequentam a escola em período integral, já que pela manhã, o colégio oferta aos estudantes cursos gratuitos direcionados pelo MEC através de projetos interdisciplinares que são ofertados em contra turno como: espanhol, jogos, etc.(PPP, 2013).

Através de conversas realizadas com pessoas que fazem parte da comunidade, como professores e alunos percebe-se que a comunidade espera que o Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes consiga ser um lugar de qualidade para todos os seus alunos, respeitando suas diferenças e limitações, já que estão participando em uma mesma sala de aula alunos com interesses diferentes, pois o colégio conta com uma parte de seus estudantes composta por alunos que vem da cidade e em alguns casos alunos que foram expulsos de outros colégios, estes alunos convivem com alunos que são filhos de agricultores e todos participam de uma mesma modalidade de ensino voltada para os interesses de quem está no campo. “Os sujeitos do campo têm direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais” (DCE, 2006, p. 09). É preciso fazer com que os jovens que frequentam o colégio sejam agentes de seu próprio processo de construção do conhecimento resultando em uma aprendizagem significativa para todos, pois segundo Mondaini (2008), a Constituição Federal elaborada no ano de 1988 deixa claro que todos os brasileiros têm direito a uma educação de qualidade ofertada no meio em que reside e que todas as formas de cultura existentes sejam respeitadas.

O que percebemos, depois de conversas com a equipe responsável pela administração do colégio é que o Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes, na busca por alunos para garantir o não fechamento do colégio, acaba deixando de lado a educação voltada para o campo e, muitas vezes, os professores acabam por transmitir em suas aulas reproduções de conteúdos que são apresentados em colégios instalados na sede do município, já que a maioria dos professores são os mesmos que dão aulas nestas duas modalidades de ensino (normal e do campo).

Avanços e retrocessos fazem parte do processo de formação da cidadania, porém as relações estabelecidas são vínculos que permanecem na cultura e na identidade de cada um, por isso a educação deve ser o elemento fundamental no processo de desenvolvimento da autonomia de qualquer ser humano, seja ele morador de uma área rural ou não (BARREIRO, 2010).

Conversando com professores e membros da comunidade fica claro que a comunidade procura estabelecer, através do colégio, uma relação entre o passado que determinou a história local da comunidade que é em sua grande maioria composta por descendentes de italianos e os avanços tecnológicos existentes, para isso a educação faria a ponte que liga o passado e o futuro dentro da mesma comunidade.

O desenvolvimento da cidadania, os ideais democráticos e os direitos à educação no campo continuam na ordem do dia, evidenciando a necessidade de continuidades das políticas sociais, a inter-relação entre elas e o rompimento de paradigmas mecânicos entre educação, cidadania e participação (BARREIRO, 2010, p. 139).

Não é só com o processo de mudança de ensino normal para a modalidade de ensino que prevê a educação do campo que os problemas relacionados ao êxodo rural muito comum na comunidade de Barra Grande, ou da perda da identidade sócio-cultural dos moradores da vila serão resolvidos.

Com o advento do êxodo rural (expulsão das famílias camponesas do campo), a partir da década de 70, em função da mecanização do campo, as máquinas passaram a substituir o trabalhador rural e, de forma cada vez mais acelerada, a escola do campo foi sendo esvaziada (ROCHA; MARTINS, 2011, p. 168).

Percebe-se ainda, entre conversas realizadas com membros da comunidade que os mais jovens possuem uma vontade muito grande de ir para a cidade, pois mesmo tendo o ensino fundamental e o médio na comunidade alguns alunos, filhos de membros da comunidade ainda se deslocam para o município vizinho de Francisco Beltrão para estudar em outras escolas da rede pública e particular de ensino. Durante estas conversas os pais destes alunos relatam que o estudo em uma escola maior, ou com uma infraestrutura melhor pode oferecer um ensino melhor para seus filhos.

A educação tem expressado historicamente a disputa de diversos interesses e intenções em torno de concepções de homem, de mundo e de sociedade. Cabe as escolas problematizar essas contradições para definir suas ações pedagógicas, pois, a educação expressa um projeto que é pedagógico, histórico, político, cultural e social. Deste modo, a escola como via de acesso aos conhecimentos culturais, universais, científicos, artísticos e filosóficos, é que possibilita ao indivíduo entender historicamente a sociedade e se entender como sujeito histórico deste processo, e não como mero expectador (PPP, 2013, p. 52).

De acordo com o que diz o PPP da escola devemos entender que a evasão escolar proporcionada por alguns alunos que fazem parte da comunidade de Barra Grande ocorre por descontentamento com relação à metodologia adotada durante as aulas ou aos conteúdos aplicados que talvez estejam fora das expectativas criadas em torno a educação do campo uma vez que a educação do campo não foi instalada por movimento de lutas organizados como o MST e sim uma luta pelo não fechamento do colégio.

A educação do campo é uma modalidade de ensino pensada historicamente pelos povos que vivem no campo, com uma realidade social diferenciada da realidade apresentada nos livros didáticos e nas salas de aula da rede pública de ensino ofertada nas cidades e, para garantir que os direitos do homem do campo fossem respeitados esta mesma sociedade rural articula-se e organiza-se na em movimentos sociais resgatando uma identidade até então perdida ou deixada de lado pelo sistema educacional brasileiro.

Conversando com professores e pessoas que fazem parte da comunidade percebe-se que esta realidade de articulação em movimentos sociais não faz parte da realidade existente na comunidade de Barra Grande, a vila é resultado histórico do processo de colonização do Sudoeste do Paraná ocorrido a partir da década de 1930. Hoje fazem parte da realidade local, pequenos agricultores que buscam manter seus filhos na comunidade evitando o êxodo rural que tanto assusta os moradores mais antigos da vila que relatam momentos em que a escola funcionou tendo entre suas seriações, duas turmas de 8ª série com cerca de quarenta alunos cada, hoje a turma que mais tem alunos conta com dezessete alunos no total.

Segundo conversas realizadas com pessoas da comunidade, poucas pessoas na fase jovem residem ainda no local, a maioria saiu para estudar e acabou fixando residência em outros lugares e a educação do campo ofertada foi a oportunidade que escola e comunidade encontraram para garantir que seus jovens permaneçam no campo, trabalhando nas propriedades junto com seus pais.

As mudanças que ocorrem nas estruturas e nas relações sociais são determinadas pelo desenvolvimento econômico da sociedade que geram condições materiais para que estes fatos existam (COSTA, 2008).

A escola tem papel fundamental na vida das pessoas, pois é nela que o indivíduo expõe suas ideias, pensa e reflete sobre seus atos tornando-se um agente transformador

da sua realidade. Neste sentido percebe-se quanto é importante a implantação de uma escola de qualidade para as pessoas que vivem no campo e que de lá retiram o seu sustento e o de suas famílias.

Conclusão

Depois de conversas realizadas com membros da comunidade e com professores nos deparamos com o fato de que o colégio Estadual do Campo Carlos Gomes é o único que permanece funcionando no interior do município de Itapejara D'Oeste- PR, o baixo número de alunos frequentando as salas de aula fez com que a população local e a equipe pedagógica do colégio buscassem políticas públicas que garantissem o não fechamento do colégio, neste sentido a educação do campo enquanto modalidade de ensino surge como uma opção de garantia de funcionamento do colégio.

Conversando com professores e com a equipe pedagógica constatamos que a transição de colégio com oferta de ensino regular normal para a modalidade do campo foi um tanto tumultuado visto que de início poucos sabiam como funcionava, apenas mudaram a nomenclatura e o sistema de ensino permaneceu igual. Após a realização de pesquisas e participação em encontros percebeu-se que esta modalidade de ensino procurava atender a uma clientela específica e que para ofertar um ensino de qualidade o colégio precisava se adaptar as novas mudanças que viriam por ocorrer.

A evasão escolar no colégio proporcionada por alguns alunos que fazem parte da comunidade de Barra Grande e que vão estudar em municípios vizinhos apresenta números alarmantes segundo conversa com alguns pais, pois isso talvez ocorra em muitos relatos por descontentamento tanto dos alunos quanto dos pais com relação à metodologia adotada durante as aulas e aos conteúdos aplicados que talvez, segundo alguns pais estejam fora das expectativas criadas em torno a educação do campo uma vez que a educação do campo instalada no Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes não tenha sido resultado de movimentos de lutas organizados como o MST e sim um movimento de luta que segundo professores, alunos e membros da comunidade foi pelo não fechamento do colégio e que parece também demonstrar a capacidade de organização e mobilização da comunidade, assim como o fazem outros movimentos sociais.

Os avanços e os retrocessos que fazem parte do processo de formação da consciência crítica do cidadão estabelecem vínculos que permanecem cultural e socialmente na identidade da comunidade de Barra Grande e conversando com professores acredita-se que com isso a educação do campo devesse resgatar certos elementos que foram fundamentais no desenvolvimento da autonomia destas pessoas que fazem parte desta comunidade rural.

Referências

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952/ 1963)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

COSTA, Lúcia Cortes da. **Estado e democracia: pluralidade de questões**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2008.

DCE, **Diretrizes curriculares da educação do campo**. Governo do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da educação, Superintendência da Educação. Curitiba, 2006.

ISAIA, Silvia Maria de Aguiar; BCLZAN, Doris Pires de Vargas. **Pedagogia universitária e desenvolvimento profissional docente**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

MONDAINI, Marco. **Direitos humanos no Brasil contemporâneo**. Pernambuco: editora universitária da UFPE, 2008.

ROCHA, Maria Isabel Antunes; MARTINS, Aracy Alves. **Educação do campo: desafios para a formação de professores**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SCHERER- WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide (orgs). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Recife: Editora universitária da UFPE, 2006.

PASSADOR, Claudis Souza. **A educação rural no Brasil: o caso da escola do campo no Paraná**. São Paulo: Annablume, 2006.

PIRES, Ana Christina Duarte (org). **Conceitual EaD e Ferramenta Moodle**. Curitiba: UFPR Litoral, 2010.

PPP. **Projeto político pedagógico da Escola Estadual do Campo Carlos Gomes EM e F.** Itapejara D'Oeste, 2013.

SOUZA, Gabriela Coelho de. **Transformações no espaço rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.